

EDUCAÇÃO

Município que não prestar conta ficará sem merenda

Marina Oliveira
Da equipe do **Correio**

Boa parte dos 33 milhões de alunos que cursam o primeiro grau na rede pública poderá ficar sem merenda escolar a partir de abril. Depois de pedir e alertar, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Antônio Carletti, decidiu mudar de tática e deu um ultimato aos 2,4 mil prefeitos que não prestaram contas do que fizeram com os recursos repassados em 1996 para a merenda escolar ou não formaram conselhos comunitários para administrar o programa. Quem não entrar na linha ficará sem receber a segunda parcela do dinheiro para merenda deste ano, a ser liberada no dia 15 de abril. E os estudantes, sem merenda.

“Não queremos coibir ninguém. Estamos só avisando que quem não cumprir as exigências legais ficará sem o recurso”, disse Carletti. Até o dia 27 de março, dos 3.300 municípios brasileiros, apenas 800 estavam em dia com as normas estabelecidas pelo FNDE para o programa da merenda escolar. Os alunos das escolas de Brasília, Goiânia e Luziânia podem ficar aliviados: os municípios estão regulares com o programa.

REGRAS

De acordo com as regras em vigor, todo município deve ter um Conselho de Merenda Escolar, formado por representantes da sociedade civil, além de pais e professores. O grupo será responsável pela gestão do dinheiro da merenda — decidindo desde quem fornecerá o alimento até o cardápio das crianças. A idéia é aumentar a participação da comunidade na escola.

Segundo a coordenadora geral de gerenciamento de assuntos municipais da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Sônia Escudesc, a criação dos conselhos, além de garantir “uma fiscalização mais intensa, melhora o controle de qualidade dos alimentos, comprados em pequena escala”.

Fora isso, a atividade do conselho “incrementa a produção local, movimentando a economia dos municípios”, afirma.

A exigência da prestação de contas anual é a forma do governo vigiar os atos dos conselhos para evitar abusos e irregularidades. A merenda escolar tem uma importância que vai além do papel que exerce na vida dos alunos, principalmente os carentes, que muitas vezes só se alimentam no colégio.

O programa concentra recursos consideráveis. Este ano serão R\$ 750 milhões. O dinheiro será repassado em quatro parcelas, no início e no meio de cada semestre letivo.

“Sabemos que os alunos são os principais prejudicados pela falta de recursos. Por isso liberamos a primeira parcela da merenda (R\$ 150 milhões) para evitar a falta de comida no início do ano e para dar aos novos prefeitos tempo de botarem a casa em ordem”, explica Carletti. Ele diz ainda que “o programa é automático”. Ou seja, quem cumpre as normas recebe o dinheiro imediatamente.

RAZÕES

E quais os motivos para a demora dos municípios em cumprir as exigências do FNDE? José Valentim, secretário de Educação do município de Cariré, na divisa do Ceará com o Piauí, afirma que, no caso de sua cidade, “faltou vontade política do ex-prefeito para agilizar a formação do conselho. Sem contar o comportamento pouco ético de determinados funcionários da Secretaria de Educação na utilização dos recursos”.

O novo prefeito teve que demitir quem cuidava do dinheiro da merenda. “Agora estamos conversando com a comunidade para formar um conselho que realmente represente a todos”, adianta.

Em casos como esse, quando há suspeitas de desvio de verbas pela administração anterior, o único caminho para receber novas parcelas dos recursos da merenda é entrar na Justiça provando que a responsabilidade pelo mau uso do dinheiro foi do ex-prefeito e não da Prefeitura. Se o juiz acatar o pedido, o município fica dispensado da prestação de contas naquele ano.